

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: A TEORIA, VIVÊNCIA E PRÁTICA EM SINTONIA NAS AULAS DE ESTÁGIO

Marcos Antônio dos Santos Alves

Graduando em Geografia - Departamento de Geografia (DG) - Universidade Estadual da Paraíba – (UEPB)

E-mail: marcos-santos44@hotmail.com

Maria Juliana Leopoldino Vilar

Professora M.s^a - Departamento de Geografia (DG) - Universidade Estadual da Paraíba – (UEPB)

E-mail: julianalspb@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo se objetiva a discutir sobre a formação do professor de Geografia durante as aulas de estágio, mais especificamente sobre o conhecimento teórico construído na universidade, a vivência e prática docente, na Educação Básica. Por meio de um levantamento teórico/ou bibliográfico de algumas obras, como as Buriolla (2014), Bondía (2002), Silva *et al* (2014), Santos & Varela (2007) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Além disso, dos aprendizados adquiridos ao longo das disciplinas de Estágio Supervisionado em Geografia I, II, III e IV, que foram construídos através de discussões na academia, da observação *in loco* e atuação na E. E. E. F. M. Monsenhor José Paulino e E. E. E. F. Anésio Deodônio Moreno, localizadas no município de Arara-PB. Entre o primeiro semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017, nas modalidades do Ensino Fundamental (I e II) e no Ensino Médio Regular. Foram expostos diversos pontos acerca da formação do professor de Geografia, durante as aulas de estágio. Entre eles a relevância do estágio para a formação docente, a percepção em que próprio graduando tem de escola, antes e após, da vivência e o exercício da docência. Sem contar também, a percepção entre a teoria construída na academia, com a prática docente na Educação Básica. Pôde-se constatar que o estágio é de extrema relevância para o futuro professor de Geografia, pois o possibilita uma formação mais adequada e que atenda as necessidades do mundo globalizado. Unindo teoria e prática, o estágio mostra ao graduando em Geografia que o espaço escolar não é um lugar cheio de perfeição e maravilha. Mas também de dificuldades, que precisam ser superadas cada vez mais com o passar do tempo. Obstáculos que por um lado, mostra a realidade da Educação Básica como um todo e, por outro, auxilia na formação docente. Haja vista que as dificuldades vivenciadas pelos mesmos os fazem superá-las e sair muitas das vezes do comodismo.

Palavras-chave: Formação do professor de Geografia, Estágio, Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado tomando como foco na discussão, a formação profissional docente. Mais especificamente sobre a formação do professor de Geografia, através das aulas de estágio. Componente obrigatório nos cursos de graduação, que une teoria e prática. Na tentativa de construir nos futuros professores de Geografia, potencialidades básicas que atendam aos interesses da profissão e do mundo globalizado.

O principal objetivo é discutir sobre a formação do professor de Geografia, durante as aulas de estágio. Relacionando a teoria, construída na academia, com a vivência e prática, na Educação Básica. Na tentativa de estimular novas discussões e trocas de experiências. Entre professores (do Ensino Superior e da Educação Básica), estagiários do Curso de Geografia e pessoas de áreas afins. Destacando diversos pontos, entre eles a importância do estágio para a formação do professor de Geografia, a idealização do conceito de escola e, como ela é, na prática, bem como a percepção entre teoria e prática docente.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida através do levantamento bibliográfico de algumas obras, acerca do objeto de estudo. Além disso, por meio de discussões na universidade, da observação *in loco* e atuação em escolas (como no caso da E. E. E. F. M. Monsenhor José Paulino, de Nível Médio e a E. E. E. F. Anésio Deodônio Moreno, de Nível Fundamental), localizadas no município de Arara-PB. Durante as disciplinas de Estágio Supervisionado em Geografia I, II, III e IV. Entre o primeiro semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017, nas modalidades do Ensino Fundamental (I e II) e no Ensino Médio Regular.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

A graduação é uma titulação atribuída a quem se dedicou a estudar qualquer tipo de licenciatura num espaço de tempo aproximado entre três anos e meio, se for diurno ou

matutino e, quatro anos e meio, se for noturno. Como acontece no Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Durante esse espaço de tempo, o graduando adquire todo embasamento teórico específico do próprio curso, um olhar crítico e humanístico e, sobretudo, uma preparação para atuar nas salas de aula, na primeira e segunda fase do Ensino Fundamental e durante todo Ensino Médio. A partir das aulas de estágio, disciplinas obrigatórias do curso que contribui de forma imensurável para a formação do ser professor.

Metaforicamente, o estágio é para o graduando como se fosse uma espécie de tempero, que ao ser colocado na comida, esta passa a ter sabor. Sendo assim, a licenciatura não teria sentido se fosse composta apenas de disciplinas típicas do próprio curso, ou somente pedagógicas, pois uma coisa complementa a outra. Tanto o conhecimento teórico-específico de cada curso auxilia o pedagógico, na compreensão do mundo e na construção de uma postura crítica. Quanto o pedagógico complementa o primeiro, no planejamento, nas explicações e na forma como devem ser trabalhados os conhecimentos específicos de cada curso.

De acordo com Buriolla (1994 *apud* Pimenta & Lima, 2004, p. 62) o estágio é “[...] o locus onde a identidade profissional é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica, e por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente com essa finalidade.”

Nesse sentido, pode-se afirmar que estagiar é conhecer o seu futuro ambiente de trabalho e as relações que serão desenvolvidas, é perceber que nem sempre se encontra tudo pronto, acabado e concluído. É encontrar a humildade às vezes perdida por achar que sabe de tudo, que nunca erra. É pensar antes de responder um questionamento levantado inesperadamente. É ensinar e ao mesmo tempo aprender intencionalmente ou não. É perceber que para ser autoridade, ninguém precisa ser autoritário. E por fim, é defronta o que realmente se ouviu nas literaturas bibliográficas com a prática.

Diante disso, “[...] o estágio tem o papel de auxiliar na formação docente, pois, o mesmo propicia aos licenciados vivenciar a realidade do ser professor de uma escola pública brasileira a partir da vivência num universo escolar (NETA & ANDRADE, [20--], p. 5).” Dessa forma, o estágio é importante para qualquer profissional em processo de formação, pois possibilita com que este se transforme e, não seja mais o mesmo como era antes. Passando assim de um momento em que era detentor de

conhecimento, para outro em que passa a ter experiência em sua vida.

Afirma-se isso, porque conhecimento não é a mesma coisa que experiência. Como já se sabe, o conhecimento é algo inacabado e construído individualmente, ou coletivamente. Algo que chama a atenção de todos, ao ponto da mente humana achar tão interessante e guardá-lo pelo resto da vida. E por fim, é algo entendido, assimilado e não apreciado concretamente. Por exemplo, sabe-se que o Nordeste brasileiro apresenta uma diversidade cultural enorme. No entanto, nunca o conheceu na prática.

Diferentemente do conhecimento, a “[...] experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova (BONDIA, 2002, p. 25).” Em outras palavras encontra-se atrelada à vivência. Quando se associa ao exemplo anterior, a ideia de experiência seria utilizar todo o conhecimento teoricamente adquirido ao longo da vida em sua totalidade, apreciá-lo e conhecê-lo na prática.

A ESCOLA REAL OU IMAGINÁRIA?

Durante as aulas de estágio se discute muito sobre o futuro ambiente de trabalho do graduando, ou seja, a escola antes da execução da vivência e conseqüentemente da prática docente. Ao longo dessa preparação psicológica e ao mesmo tempo didática, o graduando interioriza uma noção de escola que em alguns momentos costuma ser sumariamente utópica. Às vezes por uma questão natural do próprio indivíduo mesmo, ao criar muitas expectativas nas coisas ou em tudo que faz. E também pelas diversas discussões que se aprecia ao longo da vida universitária, em determinados textos e nas aulas de estágio.

Em meio a essas expectativas, acredita-se que a escola em que o graduando irá estagiar, apresenta tudo o que seria necessário para o desenvolvimento de uma excelente intervenção pedagógica. Entretanto, não é bem como se vê na maioria das vezes. Principalmente, quando se diz respeito à infra-estrutura da escola. Desse modo, a infra-estrutura no espaço escolar é:

[...] um dos componentes fundamentais no resultado da qualidade da educação como um todo. E quando está questão básica não é preenchida, ou mesmo ignorada, além de acarretar aos profissionais da educação certo desconforto para a realização do trabalho, os mantém de mãos atadas para o efetivo exercício do ensino (SILVA, 2014, p.7).

Diante dessa realidade, entende-se que a escola nem sempre dará condições aos alunos e, principalmente aos professores, para que se construa assim uma aprendizagem significativa. São muitos os professores que em meio a tantas dificuldades dão o melhor de si, encontrando novas saídas para as deficiências que há no ambiente escolar.

Como é o caso das pessoas que possuem uma formação mais tradicional e não deu continuidade a sua profissão, que buscam desenvolver novas metodologias de ensino. E aquelas que utilizam recursos próprios na compra de materiais utilizados durante as aulas ministradas, como a realização de impressões, xérox de textos e aquisição de folhas, para o desenvolvimento das atividades educativas. Coisas que existem recursos governamentais para isso.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), em seu artigo 70 e incisos II e III, determina que os recursos destinados a educação, sejam utilizados para a “aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, bem como para o uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino”, respectivamente.

Por outro lado, agravando mais ainda a situação, têm a questão da própria valorização dos profissionais da educação. Principalmente os professores, que é pouco reconhecido o seu papel no meio social. Ora por parte do estado, ao não atender os direitos destes, ora por parte da própria classe, que é desunida em diversas situações e, ora por parte da própria sociedade em geral. Os professores, além de se dedicar o máximo para vencer as dificuldades presentes no ambiente escolar, como descrito nos parágrafos anteriores, ainda têm que superar os baixos salários, as precárias condições de trabalho, as altas jornadas em uma, duas ou três escolas, para ter assim uma qualidade de vida melhor.

Além desses problemas que atrapalham no desenvolvimento de uma aula significativa. Observa-se que existe também a questão da ampliação dos cursos técnicos, o despreparo físico e profissional em muitas escolas para qualificar as pessoas a partir desses novos cursos que se iniciam, e a redução da atuação de disciplinas que fazem parte do próprio currículo escolar, sobretudo as de humanas, que valorizam mais a formação crítica e humana do alunado.

PERCEPÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Quando se está em processo de formação e busca, conseqüentemente seguir determinada carreira profissional, como uma licenciatura neste caso, algumas pessoas pensam que o mais importante é ter conhecimento teórico vasto sobre esta. Na verdade não é bem assim, é muito mais do que isto. Isso porque teoria não é a mesma coisa que prática. A teoria permite ao sujeito apenas conhecer determinado contexto, ao contrário da prática que possibilita a vivência, o experimentar do que já se conhece teoricamente.

Sendo assim, a teoria é construída na universidade. Ao contrário da prática, que é na maioria das vezes onde será o futuro ambiente de trabalho do graduando, ou seja, na sala de aula. Por outro lado, não se pode esquecer que a universidade também introduz um pouco da prática docente durante a vida acadêmica daqueles que fazem licenciatura, realidade que pode ser percebida através de seminários, discussões e elaboração de planos de aula. Entretanto, não chega ao mesmo nível de compreensão, se comparado a realidade em sala de aula.

Neste ambiente, diferentemente do que se vê na universidade, o graduando tem que está seguro no que faz em relação às orientações pedagógicas construídas nas disciplinas de estágio e no conhecimento específico do componente que se ministra. Em outras palavras, na competência teórica, afetiva e aplicada (HISTER, 2008). Caso contrário, o mesmo passaria insegurança para a turma em questão, que poderá ainda mais fazer perguntas, para testar os conhecimentos do “professor”, ou simplesmente, não dar mais atenção à temática que é discutida no momento. O que o faz chegar assim a outros problemas, o de controle e atenção de turma, que é uma questão pedagógica.

Além disso, existem outras coisas que fazem parte do ambiente escolar, que só a prática proporciona o domínio. O que não dizer do tempo de cada aula a ser ministrada, da flexibilidade, das avaliações a serem desenvolvidas, ou até mesmo do registro de cada conteúdo no diário de classe? Pois bem.

Na primeira situação, por exemplo, quando se começa a trabalhar determinada temática na sala de aula. O graduando não tem noção entre conteúdo e tempo, fugindo muitas das vezes do tempo que é determinado no horário escolar. Contudo, isso se reverte com o passar de meses ou até mesmo de anos, para certas pessoas, quando estas percebem que se excederam nos seus planejamentos e adentraram assim no horário da disciplina subsequente.

Já no quesito flexibilidade do conteúdo, o que será planejado e, posteriormente, trabalhado com a turma. Não poderá ser algo padronizado, de acordo com a realidade nacional e nem tampouco em ritmo acelerado. Pois cada

turma tem um nível de aprendizagem e realidade a ser respeitada. Não adianta trazer um conteúdo para a sala de aula sem ao menos o professor conhecer o contexto social e as dificuldades que cada turma possui, pois as coisas não sairiam conforme o planejado anteriormente.

No que se refere às formas de avaliação ensinadas na universidade aos mais diversos graduandos, percebe-se que estas quando introduzidas na Educação Básica, têm um caráter mais singular do que plural, como deveria ser na maioria das vezes. Não é para tanto, que quando se fala aos discentes que irá realizar alguma atividade avaliativa, a primeira coisa que os mesmos pensam é justamente na chamada “prova” ou se valerá “visto”. Não é que estas formas de avaliação sejam consideradas obsoletas, incapazes de acompanhar o nível de aprendizagem dos muitos jovens e adultos que se fazem presentes nas escolas brasileiras, pelo contrário, estas sim são de grande relevância.

Contudo, mesmo sabendo que não é algo fácil avaliar alguém e mais ainda, introduzir novas formas de avaliação no ambiente escolar, não se pode fugir das mudanças. É preciso incluir também neste processo, outras formas de avaliação. Até porque avaliar é muito mais do que procurar um resultado. É um acompanhamento do que foi desenvolvido, sendo que no meio desse percurso, utilizam-se várias técnicas e instrumentos.

Conforme destaca Santos & Varela:

Ao avaliar o professor deve utilizar técnicas diversas e instrumentos variados, para que se possa diagnosticar o começo, o durante e o fim de todo o processo avaliativo, para que a partir de então possa progredir no processo didático e retomar o que foi insatisfatório para o processo de aprendizagem dos educandos (2007, p. 02-03).

Outro ponto muito presente na escola, após planejar o conteúdo, executá-lo e avaliar o nível de aprendizagem dos discentes do Ensino Fundamental ou Médio, (dependendo da modalidade em que se exerce nas escolas), é a transcrição das ações desenvolvidas no diário de classe. Esta é considerada por muitos uma ação difícil pelos seguintes motivos: por quase não ser trabalhada na academia, onde o foco maior neste espaço se dar na parte teórica - específica de cada disciplina e didática, e, por ser um documento tanto para o professor quanto o aluno, que não se admite rasuras.

Diante disso, como não existe um treinamento para isso na universidade. Muitos professores costumam quando não se tem uma noção dessa ação, pedir orientações aos professores considerados mais “experientes”, ou que já saibam lidar com o registro das aulas

neste documento. Para não ficar assim, excluídos de tal conhecimento necessário a sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estágio supervisionado é de extrema relevância para formação profissional de todos que estão inseridos no mundo globalizado, sobretudo, os que fazem Licenciatura Plena em Geografia, pois os possibilita associar os conhecimentos teóricos adquiridos na academia, com a realidade na prática. Experiências essas que são distintas, mas se complementam amplamente e possui em si um objetivo, a formação profissional docente.

Esta se desenvolve, em primeiro lugar, assim que o graduando adentra na própria universidade. Marcada pela preparação do mesmo para o mercado de trabalho, tomando como base neste processo a construção de um embasamento teórico voltado ao conhecimento específico da cada curso e as práticas educacionais. Realidade que pode ser percebida, através das discussões de bibliografias, realizações de debates, seminários, micro-aulas e mesas-redondas.

Em segundo momento, é importante frisar que a universidade por si só, não contribui totalmente para a formação profissional das pessoas que fazem parte dos cursos de graduação. Ela constrói o conhecimento, mas as experiências em si só são adquiridas fora da instituição. Em outras palavras a partir das vivências e práticas docentes na Educação Básica, durante as disciplinas de Estágio Supervisionado.

E é através desse contato realizado pelo graduando na escola como um todo, que a concepção do mesmo muda com o passar do tempo. Modifica-se porque o professor-estagiário passa a compreender na prática o processo de gestão, as relações entre alunos, professores e funcionários, e as dificuldades encontradas no espaço escolar. Às vezes, mascaradas em muitas bibliografias e até mesmo, em leis. Como na LDB, ao determinar que sejam repassadas as escolas, recursos mínimos para o seu funcionamento, onde nem sempre são suficientes na verdade.

Essas dificuldades, muitas das vezes são expressas a partir das salas de aula superlotadas, da falta de recursos pedagógicos, infra-estrutura das escolas e através do interesse do próprio Estado, em preparar as pessoas mais para atuar no mercado de trabalho (com a realização dos cursos técnicos), do que como

próprio cidadão em sua totalidade. Sem contar também, a desvalorização dos profissionais da educação. Sobretudo os professores, que apesar dos avanços no campo educacional, ainda existe muitas coisas a serem superados.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, nº 19, p. 20-28, jan/abr. 2002.

BURIOLLA. In: PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, M. Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

HISTER, Bernadete. Teoria e prática na docência. **Uol Educação**, 2008. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/teoria-pratica-docencia.htm> Acesso em: 12 jun. 2017.

LDB. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

NETA, Maria da Paz dos Santos; ANDRADE, Ismael Mendes. **Estágio em geografia**: teoria e prática na formação de professores. [20--]. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/3o.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2017.

SANTOS, Monalize Rigon da; VARELA, Simone. A avaliação como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano I, no. 01, ago. /dez. 2007.

SILVA, Francisco Marcos da. et al. A importância da estrutura e funcionamento da educação básica. **Editora Realize**, 2014, p. 12. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1datahora_30_09_2014_10_49_32_idinscrito_8_ba7ea2bc101fcc3bd26fd09039ec37d3.pdf Acesso em: 20 jun. 2017.